

Design e Direito no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no município de São Paulo: uma experiência interdisciplinar

Design and Law in the fight against domestic violence against women in the city of São Paulo: an interdisciplinary experience

C. K. F. Enabe, C. C. S. Rosado, L. M. Yoshimura, M. E. E. Baracho, G. F. O. Curcio

violência doméstica, políticas públicas, acesso à justiça, design gráfico, design da informação

Este artigo discute alternativas para o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no município de São Paulo sob a óptica interdisciplinar do Design Visual e do Direito. Como relato da estratégia metodológica adotada, apresenta os resultados de análises sobre as ferramentas de combate à violência doméstica à luz do Direito, do sistema jurídico e de sua capacidade de atender às demandas e necessidades das vítimas de violência doméstica. O estudo explora e potencializa o uso do design — nos âmbitos visual e da informação —, como instrumento de transformação social a partir de uma leitura dos produtos gráficos já existentes sobre o tema (publicações impressas e digitais). Desenvolvido por um grupo de pesquisa estrategicamente estruturado para a diversidade, o estudo traz reflexão consistente sobre as políticas públicas para o combate à violência doméstica no Brasil. Com o acesso à informação, entende-se que a vítima possa mitigar os efeitos da violência doméstica e preparar-se para as eventuais violências institucionais verificadas junto aos órgãos públicos durante os processos de denúncia, comumente carregados de machismo e misoginia, quebrando-se um ciclo endêmico de violência.

domestic violence, public policies, access to justice, graphic design, information design

This article explores alternatives to combat domestic violence against women in São Paulo, employing an intersectional perspective combining Visual Design and Law studies. It reports on the methodological strategy adopted and presents the results of an analysis conducted to evaluate the effectiveness of legal tools in addressing the demands and needs of domestic violence victims. The study explores and enhances the use of design — in the visual and informational fields —, as means of effecting social change by examining existing graphic products related to the topic (printed and digital publications). Developed by a research group strategically structured for diversity, it provides a thorough reflection on public policies aimed at combating domestic violence in Brazil. Through access to information, victims can mitigate the effects of domestic violence and prepare for potential institutional violence within public agencies, often infused with sexism and misogyny, ending an endemic cycle of violence.

1 Introdução

As mulheres vítimas de violência doméstica e familiar — que se encontram nela, ou que estão no processo de deixá-la — se deparam com uma grande dificuldade do sistema jurídico brasileiro em acolhê-las. Essa dificuldade perpassa questões como a autoimagem das

Anais do 11º CIDI e 11º CONGIC

Ricardo Cunha Lima, Guilherme Ranoya, Fátima Finizola, Rosangela Vieira de Souza (orgs.)

Sociedade Brasileira de Design da Informação – SBDI
Caruaru | Brasil | 2023

ISBN

Proceedings of the 11th CIDI and 11th CONGIC

Ricardo Cunha Lima, Guilherme Ranoya, Fátima Finizola, Rosangela Vieira de Souza (orgs.)

Sociedade Brasileira de Design da Informação – SBDI
Caruaru | Brazil | 2023

ISBN

mulheres, a formação histórica de uma sociedade patriarcalista, o juízo de valor dos agentes policiais e operadores do direito e, de maneira significativa, a falta de informação (ou sua inadequação de meio, vocabulário e conteúdo) que verbalize didaticamente as funcionalidades da Lei Maria da Penha e ajude a vítima a navegar o sistema jurídico, compreendendo seus direitos e, assim, efetivando seu acesso à Justiça (IPEA, 2015). Por essa perspectiva, o trabalho informativo surge como um importante pilar na formulação de políticas públicas para combater a violência doméstica, especialmente no que tange o atendimento e acolhimento dessas mulheres.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os produtos gráfico informativos de comunicação e orientação jurídica utilizados como ferramentas para o atendimento das demandas e necessidades das mulheres vítimas de violência doméstica, assim como sua eficiência, na cidade de São Paulo, considerando todo o seu contato com o sistema jurídico na jornada estabelecida pela Lei Maria da Penha — desde a denúncia e processo até o pós-sentença — e culminando no desenvolvimento de um projeto editorial que auxilie o poder público na informação e divulgação dos procedimentos técnicos para combate à violência doméstica. Com isso, visa-se investigar como o design da informação pode contribuir para a promoção da educação em direitos como forma de efetivar o acesso à Justiça.

Este estudo, que une design e direito, trabalha o tema do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher de forma colaborativa e interdisciplinar, intencionando a investigação sobre como o design pode melhorar a forma como as pessoas interagem com o direito e a produção de um material útil para auxiliar o poder público e, especialmente, as vítimas.

2 Métodos e procedimentos

Inicialmente, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica a respeito de temas como legal design, design da informação, design editorial e violência contra a mulher, a fim de desenvolver um arcabouço teórico e estabelecer critérios para a análise dos materiais editoriais existentes sobre combate à violência doméstica. Posteriormente, realizou-se o levantamento de materiais audiovisuais — documentários, vídeos, reportagens — que contivessem depoimentos de vítimas de violência doméstica, de agentes públicos e pesquisadores sobre o tema, visando entender como as instituições públicas atuam em relação às vítimas e como as informações a respeito da denúncia alcançam seu público.

Por se tratar de um tema sensível, optou-se por não se trabalhar diretamente com o público-alvo (mulheres vítimas de violência doméstica). Suas perspectivas foram incorporadas através de documentários, reportagens, ferramentas online de avaliação dos serviços públicos (Google Maps) e pesquisa secundária. Ademais, foram realizadas entrevistas com agentes públicos do NUDEM e de Postos Avançados de Apoio à Mulher, que atuam na formulação de políticas públicas e no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica no município de São

Paulo, a fim de verificar a percepção destes agentes sobre as dores e necessidades das mulheres ao interagir com as instituições públicas e sobre a efetividade de materiais informativos disponíveis, considerando que possuem conhecimento abundante sobre o tema para representar o público-alvo.

Para a etapa de pesquisa de similares, foram analisados, provenientes de diferentes instituições, 10 produtos editoriais relacionados ao tipo de conteúdo que apresentam, à estrutura e à diagramação das peças gráficas, às cores utilizadas e ao ponto de contato do material com o usuário. Desses produtos gráficos, 7 são provenientes de diferentes órgãos governamentais brasileiros, 2 de organizações internacionais sem fins lucrativos e 1 de um órgão governamental norueguês. Para a organização dessa análise, foi elaborado um banco de dados no Notion em que é possível encontrar páginas para cada um dos materiais contendo informações sobre os tópicos “Título”, “Origem do material”, “Tipo de organização que elaborou o material”, “Conteúdo”, “Tipo de mídia”, “Descrição”, “Análise estrutural”, “Pontos positivos”, “Pontos negativos”, “Link para o material” (Figura 1).

Figura 1: Página de uma das cartilhas analisadas.



Lei Maria da Penha - sua vida começa quando a violência termina

≡ organização	Defensoria Pública do Estado de São Paulo - NUDEM [2021]
≡ tipo de organização	governamental nacional
≡ tipo de mídia	material impresso
≡ ponto de contato	relacionamento violento intenção de denúncia denúncia (b.o.)
≡ conteúdo	tipos de violência medidas protetivas descrição da Lei Maria da Penha respostas a dúvidas frequentes durante o processo e a denúncia serviços especializados como denunciar sobre questões cíveis envolvendo os filhos
≡ descrição	Cartilha elaborada com o intuito de informar as mulheres sobre o que fazer caso estejam ou presenciem uma situação de violência doméstica, identificando os seus direitos e as medidas que podem ser tomadas para prevenir ou interromper a violência.
	descrição dos aspectos gráficos <ul style="list-style-type: none">• paleta de cores: roxo• tipografia serifada (título) e outra sem serifa (corpo do texto)• dois tipos de ilustração: duas feitas a lápis e digitalizadas; ilustrações de apoio

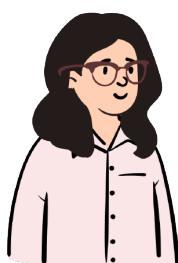
3 Resultados

A partir dos insumos obtidos por meio dessa investigação, foi elaborado um relatório que descreve os procedimentos adotados para a pesquisa e as análises realizadas a partir dos dados coletados, abordando os tópicos “Acesso à Justiça e Legal Design”, “Dados sobre a violência doméstica e familiar no Brasil”, “Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha”, “A situação de violência, perfil do agressor e cultura de violência”, “Por que elas não denunciam?”, “Os equipamentos públicos no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher” e “Depoimentos sobre a situação de violência”.

Adicionalmente, foram elaboradas quatro personagens de mulheres vítimas de violência doméstica (Figura 2) e uma jornada do usuário (Figura 3), compreendendo os momentos de ‘relacionamento violento’, ‘intenção de denúncia’, ‘denúncia, processo’, ‘ providências finais’ e ‘pós-processo’, associando-os à ações, dores e necessidades, locais (quando existem), momentos de comunicação jurídica e campanhas públicas, sentimentos da mulher, profissionais envolvidos em cada uma dessas etapas, suas percepções e oportunidades de ação. Tais perfis foram criados visando o fornecimento de subsídios para agentes que trabalham com políticas de informação para o combate à violência doméstica, assim como fornecer subsídio para a seguinte etapa desta pesquisa, de elaboração de um projeto piloto editorial.

Figura 2: Personas I.

Ana Beatriz



idade	35 anos
raça/cor	branca
profissão	gerente de marketing
mora em	vila mariana - SP
escolaridade	superior completo
estado civil	casada
núcleo familiar	marido, dois filhos
religião/crenças	evangélica

situação de violência

Ana Beatriz se casou logo após a graduação. Seu marido é prestativo com os outros, principalmente no contexto da igreja. Ela sofre violência esporádica (5 anos) e pensa que se trata da consequência do estresse ou da bebida. Ana tem a percepção de que mulheres vítimas de violência doméstica têm perfis diferentes do seu, mas gostaria que seu marido mudasse de comportamento, pois não quer desfazer o núcleo familiar.

objetivos ao realizar a denúncia

- interrupção da violência
- reabilitação do companheiro

preocupações e necessidades ao iniciar a jornada da LMP

- não quer que o marido seja preso
- medo da repercussão social da denúncia
- medo de desestruturar a família e relacionamento
- não sabe como funciona de fato o B.O.
- sente falta de uma rede de apoio
- está psicologicamente vulnerável

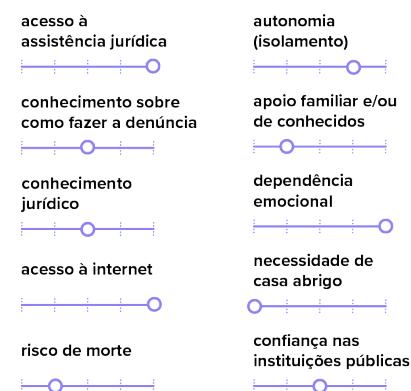


Figura 3: Persona II.

Giovanna



idade	39 anos
raça/cor	parda
profissão	médica
mora em	higienópolis - SP
escolaridade	pós-graduação completa
estado civil	divorciada
núcleo familiar	1 filha
religião/crenças	católica

situação de violência

Giovana se casou com seu namorado da faculdade, aos 35 anos. Seu marido era prestativo, atencioso e carinhoso, até o nascimento da filha do casal. A partir desse momento, ele ficou agressivo, possessivo e violento. Ameaçava Giovana várias vezes na semana, mas não chegou às vias de fato. Além disso, xingava e desmerecia as suas conquistas, até o ponto de causar sequelas, como o início de uma depressão. Giovana conseguiu sua separação e a guarda da sua filha, mas quer que seu ex-marido seja responsabilizado por seus atos.

objetivos ao realizar a denúncia

- responsabilização penal do ex-companheiro
- que ele “tome vergonha na cara”
- reparação civil

preocupações e necessidades ao iniciar a jornada da LMP

- efetividade da denúncia
- morosidade do processo
- busca a resolução de questões cíveis
- necessita de auxílio jurídico
- busca apoio psicológico

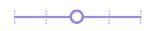
acesso à assistência jurídica



autonomia (isolamento)



conhecimento sobre como fazer a denúncia



apoio familiar e/ou de conhecidos



conhecimento jurídico



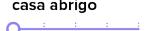
dependência emocional



acesso à internet



necessidade de casa abrigo



risco de morte



confiança nas instituições públicas

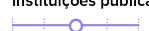


Figura 4: Persona III.

Juliana



idade	45 anos
raça/cor	negra
profissão	dona de casa
mora em	tatuapé - SP
escolaridade	ensino médio completo
estado civil	casada
núcleo familiar	marido, dois filhos
religião/crenças	evangélica

situação de violência

Juliana se casou com seu primeiro namorado aos 20 anos, que já no início do relacionamento se mostrava ciumento e tinha acessos de raiva. Seu marido é autoritário, sem dar espaço para que a companheira e seus filhos tenham qualquer liberdade de escolha. Tanto Juliana quanto seu marido vêm de famílias com histórico de violência doméstica. Ele já praticou agressão física severa em Juliana, de forma que quase a matou. Foi denunciado por ela, foi concedida a medida protetiva, mas não houve fiscalização e esta foi descumprida pelo agressor. No fim, seu caso foi arquivado por falta de movimentação processual pelo MP. Juliana teme por seus filhos e quer sair da situação de violência, além de se separar do marido.

objetivos ao realizar a denúncia

- interrupção da violência
- separação e guarda dos filhos
- responsabilização penal e distanciamento do agressor
- proteção e acolhimento do Estado

preocupações e necessidades ao iniciar a jornada da LMP

- não sabe como funciona de fato o processo, uma vez que seu processo anterior foi arquivado sem explicações
- descrença na efetividade da lei
- se preocupa com a segurança de sua família
- busca conseguir o divórcio e pensão
- busca ajuda para conseguir independência financeira
- precisa de medidas protetivas e de uma casa abrigo

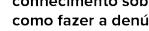
acesso à assistência jurídica



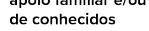
autonomia (isolamento)



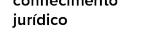
conhecimento sobre como fazer a denúncia



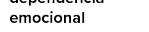
apoio familiar e/ou de conhecidos



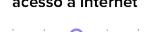
conhecimento jurídico



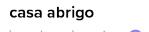
dependência emocional



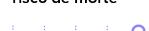
acesso à internet



necessidade de casa abrigo



risco de morte



confiança nas instituições públicas

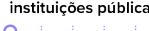


Figura 5: Persona IV.

Alice Tiemi



objetivos ao realizar a denúncia

- responsabilização penal do ex-companheiro
- que ele “tome vergonha na cara”
- reparação civil

preocupações e necessidades ao iniciar a jornada da LMP

- efetividade da denúncia
- morosidade do processo
- busca a resolução de questões cíveis
- necessita de auxílio jurídico
- busca apoio psicológico

situação de violência

Alice começou a namorar durante a graduação. O rapaz mostrava-se como uma pessoa calma e amigável, entretanto, durante o relacionamento não permitia que Aline saisse sem seu consentimento, controlava que roupas ela usava e com quem ela falava, bem como a privava de usufruir de seus próprios ganhos financeiros. Após alguns meses, Alice decidiu terminar o namoro, mas seu companheiro a passou a chantageá-la emocionalmente. Alice, então, alongou o relacionamento até o ponto em que as violências morais e psicológicas se tornaram ameaças de violência física à ela e sua família. Alice colocou um ponto final em seu relacionamento com a ajuda de seus pais e procura a denúncia para que seu ex-companheiro seja responsabilizado pelos seus atos, buscando também incentivar que outras mulheres em relacionamentos violentos busquem ajuda para quebrar o ciclo de violência.

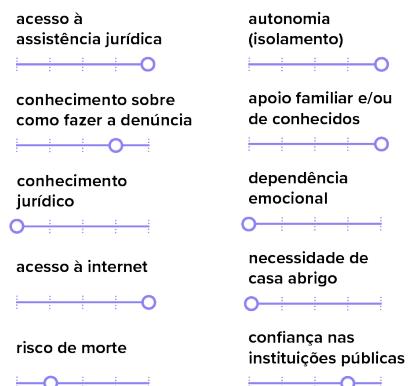
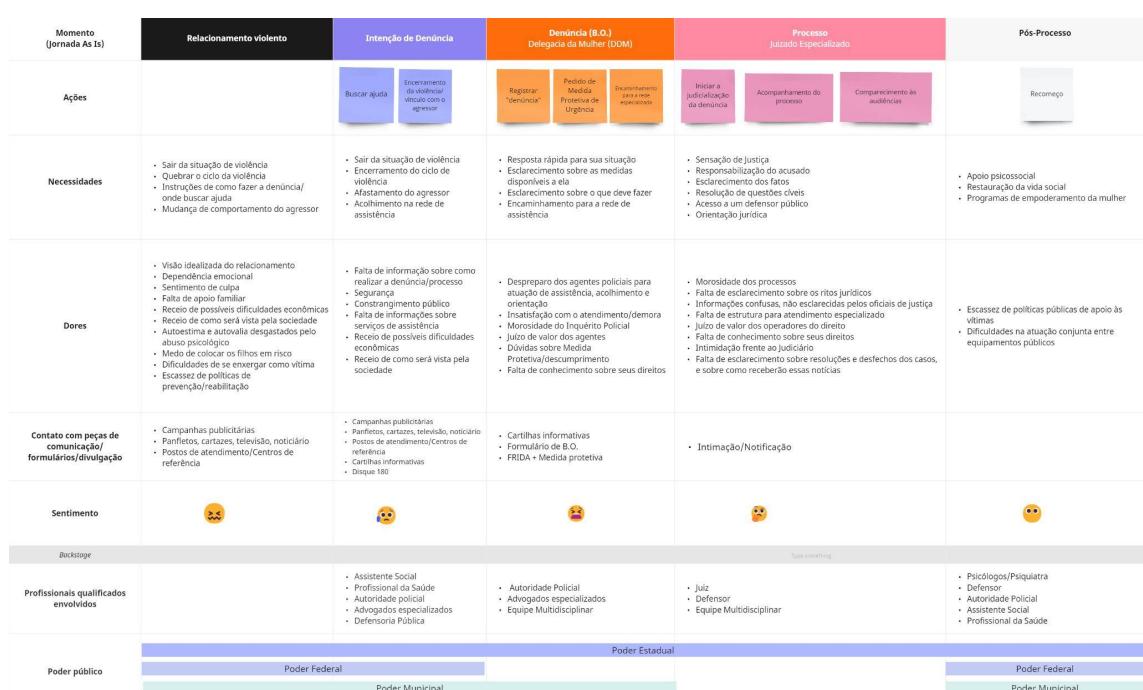


Figura 6: Mapa da mulher ao acionar os dispositivos legais da Lei Maria da Penha.



Concomitantemente à elaboração de personas e da jornada de usuário, foi desenvolvida a análise de materiais editoriais similares, com a finalidade de compreender formatos de veiculação e de apresentação das informações (Figuras 7 e 8). A análise, então, resulta em pontos a serem incorporados ou desenvolvidos, em termos gráficos, na posterior etapa de elaboração de requisitos de projeto e de desenvolvimento de ideias de um projeto piloto editorial. O ponto de contato — momento da jornada do usuário em que se tem contato com o material impresso — foi um dos aspectos identificados durante esta etapa para compreender em que momento esses materiais gráficos estão mais presentes: 90% dos materiais têm o ponto de contato com o usuário no momento ‘relacionamento violento’ da jornada, 80%, na ‘intenção de denúncia’, apenas 30%, no momento ‘denúncia’ e nenhum dos materiais tem o ponto de contato no momento do ‘pós-processo’. Além disso, em relação ao conteúdo, notou-se que 100% abordam o assunto ‘tipos de violência doméstica’, 70%, ‘o que é violência doméstica’, 60%, ‘serviços especializados’, 40%, ‘identificar um relacionamento violento’ e somente 30% abordam o assunto ‘como denunciar’.

Figura 7: Fragmento de análise de cartilha.

CPI da Violência contra a mulher: Um guia passo a passo para se libertar



descrição dos aspectos gráficos

- utiliza rosa, laranja e marrom como paleta de cores;
- tipografia sem serifa em corpo grande
- ilustrações flat ao longo do texto

análise estrutural

Em relação à estrutura, os blocos de texto são longos e com uma tipografia em um corpo grande, o que torna a leitura do texto cansativa. Além disso, modo como os blocos de texto estão alinhados na página poderiam ser padronizados para facilitar o movimento natural de leitura desses textos. A falta de diferença entre pesos e de corpo entre as fontes de título e de corpo do texto gera um problema na hierarquia das páginas, o que não permite diferenciá-los com efetividade.

exemplos de páginas internas

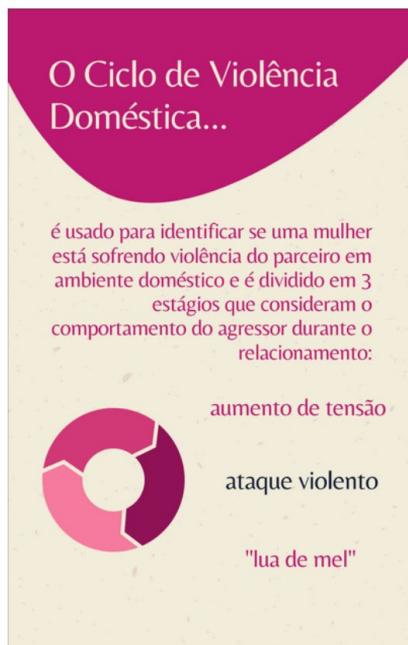


Figura 8: Fragmento de análise de cartilha.

Cartilha adolescente da violência doméstica e familiar contra a mulher: para entender sobre o assunto



descrição dos aspectos gráficos

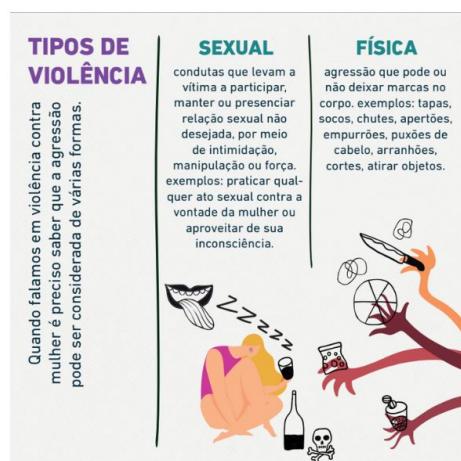
- utiliza rosa, verde-água, roxo, amarelo e laranja como paleta de cores;
- grande variedade de estilos de tipografias;
- muitos recursos visuais de ilustração, misturando ilustrações flat e ilustrações que se assemelham a desenhos feitos com caneta

análise estrutural

A textura criada a partir da tipografia torna a leitura cansativa e dificulta capturar a atenção do leitor diante conteúdo que está sendo apresentado. No caso de uma cartilha informativa que aborda um conteúdo delicado e importante, gera a dificuldade de absorver o conteúdo.

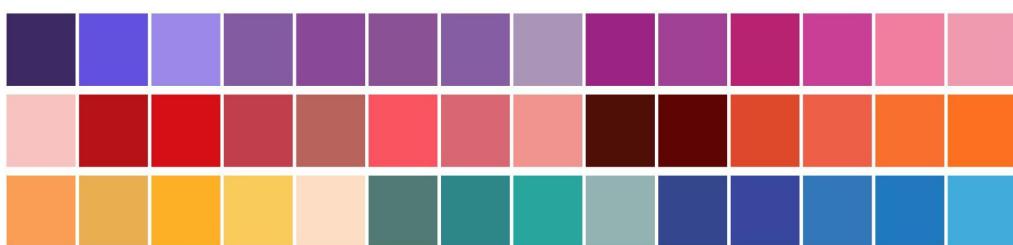
Os principais problemas identificados foram o excesso de informações e o modo como elas estão diagramadas. A aplicação de uma grande variedade de pesos das tipografias e de cores não favoreceu a legibilidade ou a hierarquia das informações nas páginas.

exemplos de páginas internas



Observou-se questões como a falta de hierarquia de informação e a utilização de elementos gráficos em excesso, que dificultam a leitura e que não são essenciais para a compreensão das informações. Considerando a temática, é necessário que as informações sejam simples, acessíveis e diretas. Ademais, observou-se que 60% dos produtos editoriais utilizam o roxo como cor principal ou secundária, 30% usam o rosa como cor primária ou secundária, e 30% usam o laranja como cor secundária. É comum a utilização de amarelo e azul como cores auxiliares. Essas cores utilizadas nos materiais gráficos (Figura 9) têm como objetivo representar uma perspectiva otimista e acolhedora que remete a suavidade e delicadeza, numa tentativa de aliviar a tensão da situação.

Figura 9: Cores extraídas dos materiais gráficos analisados.



4 Discussão

A Lei Maria da Penha representou um avanço significativo no combate à violência doméstica e familiar e seu reconhecimento como questão pública. Não é possível dissociar a violência doméstica e familiar contra a mulher do machismo e de toda uma cultura que normaliza reações em atos violentos contra as mulheres. Esse fator permeia a subnotificação de casos, falta de atendimento qualificado e a influência do juízo de valor dos agentes, contribuindo para descrédito e desconfiança dos equipamentos públicos (IPEA, 2019). Pelos levantamentos e entrevistas realizados, frequentemente relata-se o descontentamento com o atendimento recebido pelas instituições jurídicas (contrastando com os elogios feitos à rede de atendimento), especialmente nas delegacias, mesmo as especializadas. Cita-se a burocracia, descaso, desrespeito, falta de empatia e de acolhimento. Ainda, as dificuldades de interação com o Judiciário, seja com o indeferimento de pedidos ou mau atendimento, foram apontadas como algumas das principais causas para que mulheres que já ingressaram com a denúncia abandonarem suas causas.

Outro empecilho é a dificuldade em transmitir às vítimas informações precisas e adequadas sobre seus processos. As principais demandas das mulheres que buscam atendimento nos equipamentos especializados são, principalmente, relacionadas à denúncia, solicitação e funcionamento das medidas protetivas, que raramente são esclarecidas nas delegacias. Tendo em vista que os materiais disponibilizados nestes locais focam nos primeiros momentos da jornada do usuário ('relacionamento violento' e 'intenção de denúncia'), cabe às assistentes

sociais realizar a interpretação de orientações jurídicas para melhor assimilação e compreensão do processo pela vítima. Ainda, verificou-se que, nos Postos Avançados, materiais que contêm majoritariamente a listagem dos serviços disponíveis servem mais como guias para as atendentes, possuindo menor utilidade para as atendidas.

Segundo as agentes entrevistadas, as cartilhas e os folders disponíveis auxiliam a busca por ajuda e a divulgação de informações que possam ajudar a vítima, e servem como ponto de partida para iniciar conversas sobre o tema, sensibilizando a população. A falta de materiais de apoio aos momentos de ‘denúncia’ e de ‘pós-processo’, como já observado na análise dos materiais similares, é uma potencial oportunidade a ser explorada nas etapas posteriores desta pesquisa, visto que uma das principais dificuldades das vítimas em relação ao processo é a de compreenderem seus próprios direitos, e as burocracias e implicações da denúncia.

5 Conclusão

O viés da informação tem especial poder ao se tratar de políticas públicas para o combate à violência doméstica, principalmente no que tange à disseminação didática sobre o processo, sobre as medidas disponíveis à mulher e, antes de tudo, combate ao machismo. Garantindo o acesso à informação, a vítima pode se proteger da violência e dos próprios sistemas policial e judiciário, que ainda não lhe são completamente favoráveis (Yoshimura et al., 2023).

Durante as entrevistas com os agentes do NUDEM e dos Postos Avançados de Apoio à Mulher, foi possível entender as principais dores que envolvem o desenvolvimento do acesso à justiça de maneira mais efetiva em relação às vítimas de violência doméstica e familiar. Para além, evidenciou-se que o tratamento dispensado nas delegacias, especializadas no atendimento às mulheres ou não, não são condizentes com as necessidades das vítimas que procuram o atendimento policial.

Os materiais informativos mostraram-se de grande importância para incentivar a denúncia, porém suas informações não cobrem a totalidade do processo que as mulheres enfrentam, e possuem inadequações de conteúdo e forma.

Conclui-se, então, que esse artigo contribui para o mapeamento das necessidades manifestadas pelas vítimas de violência doméstica durante sua jornada para encerrar o ciclo de violência (desde a conscientização pela busca de atendimento especializado, até o acesso à justiça propriamente dito), e demonstrar a possibilidade de intersecção entre o design e o direito, e como essas áreas podem contribuir para a criação de novos instrumentos para dignificar o atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar.

Espera-se que esta pesquisa em desenvolvimento possa auxiliar, no futuro, na elaboração de uma série de diretrizes que poderão orientar advogados, designers e os demais agentes envolvidos no acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica durante a produção do ferramental de conscientização.

Agradecimento

Esta pesquisa foi realizada com apoio do Programa Unificado de Bolsas (PUB) da USP. Além disso, os autores agradecem todo o apoio fornecido pela Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo e pelo NUDEM.

Referências

- IPEA. (2019) *O poder judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres*. Relatório do CNJ. Brasília. <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/7b7cb6d9ac9042c8d3e40700b80bf207.pdf>>.
- IPEA. (2015) *Violência contra a mulher e as práticas institucionais*. Série Pensando o Direito, n.52. Brasília. <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1101999>>.
- _____. (2010). Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v.10, pp.216-232.
- YOSHIMURA, L., ENABE, C., ROSADO, C., & BARACHO, M. E. (2023). *Design para Cidadania: Relatório sobre levantamento de dados referentes à violência doméstica e familiar no Brasil e acesso à Justiça*. [Relatório de iniciação científica não publicado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sobre os autores

- Caio K. F. Enabe, Graduando, USP, Brasil <cenabe@usp.br>
- Camila C. S. Rosado, Graduanda, USP, Brasil <camiliarosado@usp.br>
- Luíza M. Yoshimura, Graduanda, USP, Brasil <luizayoshimura@usp.br>
- Maria E. E. Baracho, Graduanda, USP, Brasil <meebaracho@usp.br>
- Gustavo F. O. Curcio, Dr., USP, Brasil <curcio@usp.br>